



CAMBUCI S.A. - CNPJ 61.088.894/0001-08 - COMPANHIA ABERTA

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

Endereços eletrônicos

- <https://estadoori.estadao.com.br/publicacoes/>
- <https://ri.cambuci.com.br/>
- <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?codigoCVM=2100>
- https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm?codigo=2100

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4º TRIMESTRE DE 2025

São Paulo, 12 de março de 2026 - A CAMBUCI S.A. (BM&FBOVESPA: CAMB3), divulga hoje os resultados do 4º trimestre e do exercício de 2025. As informações financeiras são apresentadas de forma consolidada e foram preparadas de acordo com as normas do IFRS - *International Financial Reporting Standards* e as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à Companhia.

B3: CAMB3
Cotação de fechamento
R\$ 9,97 por ação
(em 30/12/2025)
Valor de mercado
R\$ 417,1 milhões
(em 30/12/2025)
Valor patrimonial
R\$ 305,5 milhões
Contato RI
Roberto Estefano - Diretor de RI
ri@cambuci.com.br
ri.cambuci.com.br
+55 11 4713-9500

DESTAQUES DO TRIMESTRE E DO EXERCÍCIO

- **Receita Líquida de R\$ 80,0 milhões no 4T25** vs. R\$ 90,6 milhões no 4T24, redução de 11,7%. R\$ 383,1 milhões em 2025 vs. R\$ 437,9 milhões em 2024, redução de 12,5%.
- **Margem Bruta de 48,4% no 4T25** vs. 47,1% no 4T24, aumento de 1,3 p.p. 48,9% em 2025 vs. 49,5% em 2024, redução de 0,6 p.p.
- **EBITDA de R\$ 12,6 milhões no 4T25** vs. R\$ 15,4 milhões no 4T24, **com margem de 15,8%**, redução de 1,2 p.p. Em 2025 a margem alcançou 21,4%, redução de 3,4 p.p.
- **Lucro antes do IRPJ/CSLL (EBT) de R\$ 11,2 milhões no 4T25 vs. R\$ 13,7 milhões no 4T24**, redução de 18,2%. Em 2025 o indicador atingiu R\$ 74,1 milhões, redução de 25,5% em relação a 2024.
- **Lucro Líquido de R\$ 12,1 milhões no 4T25** vs. R\$ 9,7 milhões no 4T24, aumento de 24,7%. **Margem líquida de 15,1% no 4T25** vs. 10,7% no 4T24, com aumento de 4,4 p.p. Em 2025 o indicador atingiu R\$ 68,4 milhões vs. R\$ 76,4 milhões em 2024, a margem líquida atingiu 17,9% vs. 17,4% em 2024, avanço de 0,5 p.p.
- **Geração operacional de caixa de R\$ 80,8 milhões em 2025 e caixa líquido de R\$ 65,4 milhões, 61,9% superior a 2024.**
- **Índice de liquidez corrente de 3,81 vezes, 35,3% superior a 2024.**
- **Redução de 21,5% nos estoques vs. final de 2024.**
- **Investimento de R\$ 13,5 milhões em 2025.**
- **Distribuição de R\$ 44,1 milhões de dividendos e JCP em 2025.**

Indicadores de Resultados R\$ Milhões	4T25	4T24	4T25 vs. 4T24	2025	2024	2025 vs. 2024
Receita Líquida	80,0	90,6	-11,7%	383,1	437,9	-12,5%
Lucro Bruto	38,7	42,7	-9,4%	187,3	216,6	-13,5%
Margem Bruta	48,4%	47,1%	1,3 p.p.	48,9%	49,5%	-0,6 p.p.
SG&A	(33,7)	(30,8)	9,4%	(124,1)	(120,1)	3,3%
SG&A %	-42,1%	-34,0%	-8,1 p.p.	-32,4%	-27,4%	-5,0 p.p.
EBITDA	12,6	15,4	-18,2%	82,1	108,5	-24,3%
Margem EBITDA	15,8%	17,0%	-1,2 p.p.	21,4%	24,8%	-3,4 p.p.
EBT	11,2	13,7	-18,2%	74,1	99,5	-25,5%
Margem EBT	14,0%	15,1%	-1,1 p.p.	19,3%	22,7%	-3,4 p.p.
IRPJ/CSLL	0,8	(4,0)	-120,0%	(5,7)	(23,1)	-75,3%
IRPJ/CSLL % EBT	7,1%	-29,2%	36,3 p.p.	-7,7%	-23,2%	15,5 p.p.
Lucro Líquido	12,1	9,7	24,7%	68,4	76,4	-10,5%
Margem Lucro Líquido	15,1%	10,7%	4,4 p.p.	17,9%	17,4%	0,5 p.p.
Nº de Ações em Circulação (milhões)	41,840	41,840	–	41,840	41,840	–
Lucro por Ação (R\$/ação)	0,2892	0,2318	–	1,6368	1,8264	–

1. COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2025, apesar de um ambiente de negócios mais desafiador, que impactou negativamente a receita, a Companhia adotou medidas estratégicas voltadas ao fortalecimento de seus fundamentos operacionais e financeiros, com ênfase na geração de caixa, otimização da gestão de estoques, reforço da liquidez e intensificação da exposição da marca Penalty. Além disso, deu início a um amplo projeto de planejamento estratégico para os próximos 5 anos, com o objetivo de dobrar seu faturamento ao fim deste período.

Dados do varejo de 2025, divulgados pelo IBGE, mostram a perda de fôlego da economia brasileira no período. As vendas aumentaram 1,6% comparado ao ano anterior, bem abaixo do registrado em 2024, quando as vendas ficaram 4,1% acima do ano anterior. A taxa Selic tem se mantido em 15,0% a.a. desde junho de 2025, maior patamar dos últimos 20 anos, com impacto relevante sobre crédito e consumo.

No exercício 2025, o dólar registrou queda de 11% frente ao real em razão de dois fatores, primeiro por um movimento global de enfraquecimento do dólar e segundo por conta do enorme diferencial de taxas de juros entre o Brasil e os demais países, fazendo com que haja um significativo fluxo de entrada de divisas. Essa apreciação do real, conforme já citado em releases de trimestres anteriores, reduz por um lado os custos com importação de matérias-primas e produtos acabados e aumenta, por outro lado, a competitividade de concorrentes importadores, principalmente em produtos mais baratos, que estão na base da pirâmide. A Companhia, nesse contexto, busca amenizar esses efeitos concorrenciais, ajustando sua relação entre produção própria e importação.

A receita líquida, dado o contexto econômico mais desafiador que se intensificou no segundo semestre de 2025, sofreu redução de 11,7% no 4T25 vs. o 4T24. No ano, a redução foi de 12,5% frente a 2024. Em 2025 constatamos ainda um arrefecimento da prática futebol, sem indícios, no entanto, tratar-se ser uma mudança estrutural de mercado. A expectativa é a de revigorar esta prática em 2026, principalmente pela realização da Copa do Mundo FIFA de futebol.

A margem bruta atingiu 48,4% no 4T25 vs. 47,1% no 4T24, avanço de 1,3 p.p. Em 2025, a margem alcançou 48,9% vs. 49,5% em 2024, leve redução de 0,6 p.p. A manutenção de margens elevadas é resultado de um trabalho permanente de melhoria na eficiência de produção, pesquisa e desenvolvimento de materiais, gestão de estoques e de política comercial e de precificação orientadas à lucratividade do negócio.

A margem EBITDA apresentou redução de 1,2 p.p. no 4T25 vs. o 4T24 e de 3,4 p.p. em 2025 vs. 2024 (15,8% no 4T25 vs. 17,0% no 4T24 e 21,4% em 2025 vs. 24,8% em 2024). A redução na margem EBITDA está relacionada diretamente a despesas não variáveis, majoritariamente administrativas, que acabam se tornando mais significativas em relação ao resultado quando há redução no montante de receitas. As iniciativas da administração voltadas a melhoria de processos operacionais, controle de despesas e manutenção de margens brutas elevadas colaboram significativamente para amenizar os efeitos do menor nível de receitas sobre a margem EBITDA.

O lucro antes do IRPJ/CSLL (EBT) recuou 18,2% no 4T25 vs. o 4T24 e 25,5% em 2025 vs. 2024. O resultado está ligado substancialmente aos mesmos fatores que afetaram o EBITDA, com exceção do resultado financeiro, que apresentou avanço de R\$ 1,2 milhões em 2025 vs. 2024 em razão do crescente excedente de caixa aplicado em instrumentos financeiros cujas taxas estão em patamares bastante elevados por conta da trajetória da taxa Selic.

O lucro líquido do 4T25 avançou 24,7% vs. o 4T24. No ano, houve redução de 10,5% em relação a 2024. A redução no lucro líquido de 2025 foi suavizada pela menor incidência de IRPJ/CSLL no período, em decorrência de subvenções para investimento, pesquisa e desenvolvimento as quais a Companhia está habilitada.

A geração operacional de caixa alcançou R\$ 80,8 milhões em 2025, os investimentos atingiram R\$ 13,5 milhões e foram distribuídos R\$ 44,1 milhões em remuneração aos acionistas. Após todas as destinações, houve um aumento de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 23,7 milhões. O saldo em caixa e equivalentes de caixa, ao final de 2025, foi R\$ 67,5 milhões, 61,9% maior quando comparado a 2024. O saldo de caixa de 2025 é suficiente para liquidar todo o passivo circulante e não circulante da Companhia. A liquidez corrente atingiu a relação de 3,81x vs. 2,82x em 2024.

A solidez financeira da Companhia emerge de um conjunto consistente de práticas de gestão, disciplina de capital e cultura organizacional que estão orientadas à geração de valor, entre elas: gestão austera de custos e despesas, manutenção de baixos níveis de estoques, portfólio de produtos e política comercial alinhados à lucratividade, controle permanente de prazos médios de pagamentos e recebimentos e análise rigorosa de crédito.

A administração espera um 2026 desafiador, mas melhor que 2025. O cenário econômico deve apresentar melhorias progressivas, mas lentas, no decorrer do ano. A execução e maturação das ações do plano estratégico de crescimento em conjunto com as ações permanentes de gestão prometem trazer resultados consistentes no decorrer de 2026.

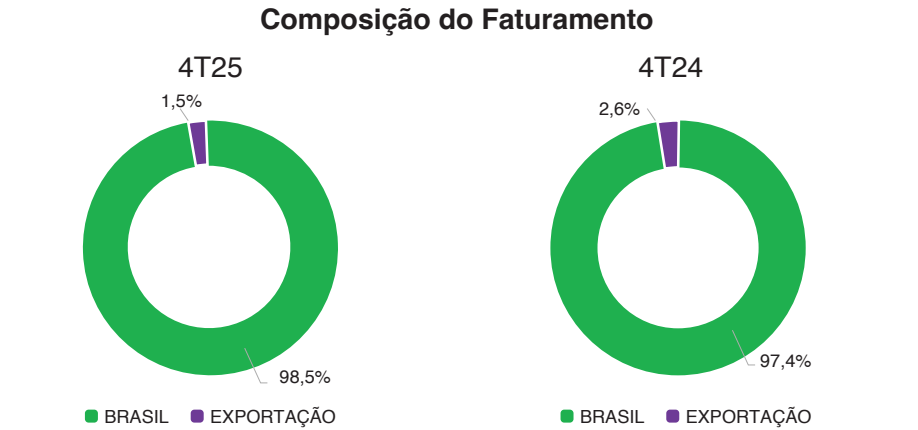
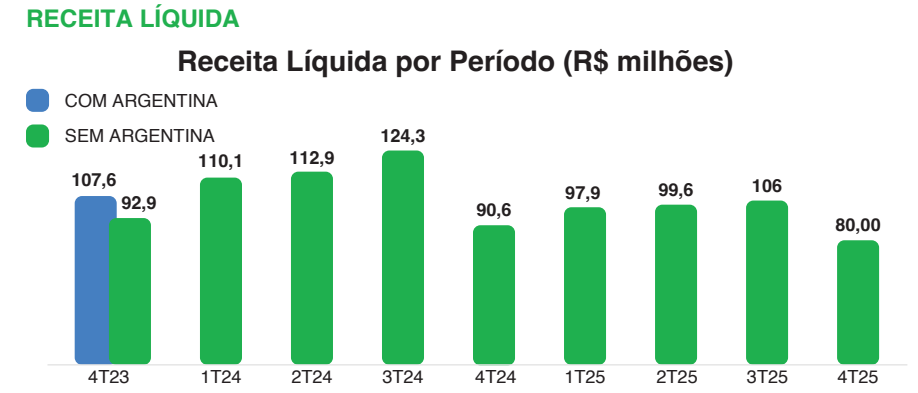
2. PLANO DE CRESCIMENTO DE CINCO ANOS

A Companhia contratou, em 2025, a empresa de consultoria Heartman House, para apoiar a administração no planejamento estratégico para os próximos cinco anos, visando dobrar o faturamento ao final desse período.

O projeto compreende três etapas, são elas:

- **Reestruturação organizacional**
A consultoria realizou uma revisão abrangente da estrutura organizacional, com o objetivo de identificar oportunidades de melhoria e propôs ajustes na composição das equipes, preparando a Cambuci para sustentar um ciclo de crescimento acelerado nos próximos anos. Esta etapa já está implantada.
- **Levantamento de dados e estudos de mercado**
Nesta etapa, foram realizados levantamentos detalhados sobre o negócio, estudos de mercado e análises comparativas, com o objetivo de identificar oportunidades de expansão e definir os caminhos mais adequados para o crescimento sustentável da Companhia. Esta etapa já foi concluída.
- **Execução das ações**
Com as duas etapas anteriores concluídas e um profundo diagnóstico da situação atual e desafios da Companhia, foram traçadas diretrizes e planos de ação e constituído um comitê para apoiar e acompanhar a execução desses planos a partir de março de 2026. Também foram criados indicadores para a mensuração da convergência das ações ao plano estratégico de crescimento com atualização em tempo real, permitindo ajustes dinâmicos de rota e proporcionando uma visão ampla dos impactos mercadológicos e financeiros das ações executadas.

3. RECEITA OPERACIONAL



4. DESEMPENHO FINANCEIRO

4.1 Lucro Bruto

Lucro Bruto R\$ Milhões	4T25	4T24	4T25 vs. 4T24	2025	2024	2025 vs. 2024
Receita Líquida	80,0	90,6	-11,7%	383,1	437,9	-12,5%
Custo dos Produtos Vendidos	(41,3)	(47,9)	-13,8%	(195,8)	(221,3)	-11,5%
Lucro Bruto	38,7	42,7	-9,4%	187,3	216,6	-13,5%
% da receita líquida	48,4%	47,1%	1,3 p.p.	48,9%	49,5%	-0,6 p.p.

O lucro bruto recuou 9,4% no 4T25 vs. o 4T24 e 13,5% em 2025 vs. 2024. A redução no lucro bruto está relacionada diretamente ao menor nível de faturamento no período. A margem bruta avançou 1,3 p.p. no 4T25 vs. o 4T24 e recuou 0,6 p.p. em 2025 vs. 2024. As ações da administração voltadas a gestão de giro de estoques, austeridade com custos e despesas de fabricação, política de preços e portfólio garantiram a manutenção de margens elevadas em todos os trimestres, com pequenas variações ocorrendo por conta de oscilações naturais no mix de clientes e produtos.

4.2 Despesas com Vendas, G&A
a) Despesas com Vendas

Despesas com Vendas R\$ Milhões	4T25	4T24	4T25 vs. 4T24	2025	2024	2025 vs. 2024
Despesas com Vendas	(21,6)	(20,6)	4,9%	(78,7)	(80,0)	-1,6%
% da receita líquida	-27,0%	-22,7%	-4,3 p.p.	-20,5%	-18,3%	-2,2 p.p.

Houve aumento de 4,9% nas despesas com vendas no 4T25 vs. o 4T24 e aumento de 13,2% em relação a 2024. Esse avanço, conforme destacado em publicações trimestrais anteriores, está relacionado a contratação de serviços voltados a modernização e segurança da infraestrutura de dados, serviços de consultoria para planejamento estratégico e aumento da depreciação em virtude dos investimentos.

b) Despesas Gerais e Administrativas

Despesas Gerais e Administrativas R\$ Milhões	4T25	4T24	4T25 vs. 4T24	2025	2024	2025 vs. 2024
Despesas Gerais e Administrativas	(12,1)	(10,2)	18,6%	(45,4)	(40,1)	13,2%
% da receita líquida	-15,1%	-11,3%	-3,8 p.p.	-11,9%	-9,2%	-2,7 p.p.

No 4T25 houve um aumento de 18,6% vs. o 4T24 e em 2025, houve um aumento de 13,2% em relação a 2024. Esse avanço, conforme destacado em publicações trimestrais anteriores, está relacionado a contratação de serviços voltados a modernização e segurança da infraestrutura de dados, serviços de consultoria para planejamento estratégico e aumento da depreciação em virtude dos investimentos.

4.3 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro R\$ Milhões	4T25	4T24	4T25 vs. 4T24	2025	2024	2025 vs. 2024
Receitas Financeiras	2,6	3,3	-21,2%	10,5	7,7	36,4%
Juros e atualização monetária	2,5	2,8	-10,7%	9,3	6,1	52,5%
Outras receitas	0,1	0,5	-80,0%	1,2	1,6	-25,0%
Despesas Financeiras	(0,9)	(2,1)	-57,1%	(4,3)	(4,3)	0,0%
Juros s/empréstimos e financiamentos	(0,1)	(0,2)	-50,0%	(0,3)	(0,6)	-50,0%
Outras despesas	(0,8)	(1,9)	-57,9%	(4,0)	(3,7)	8,1
Variação cambial líquida	0,2	0,6	-66,7%	(0,5)	1,0	-150,0%
Resultado Financeiro Líquido	1,9	1,8	5,6%	5,7	4,4	29,5%

O resultado financeiro líquido foi positivo, avançando 5,6% no 4T25 vs. o 4T24 e 29,5% em 2025 vs. 2024. O resultado positivo reflete, de um lado, a rentabilização do caixa excedente por meio de aplicações em instrumentos financeiros e, de outro, a efetividade das práticas de gestão financeira adotadas pela Companhia, incluindo o rigoroso controle de crédito, a gestão da inadimplência e a otimização dos prazos operacionais de pagamento e recebimento.



★ continuação

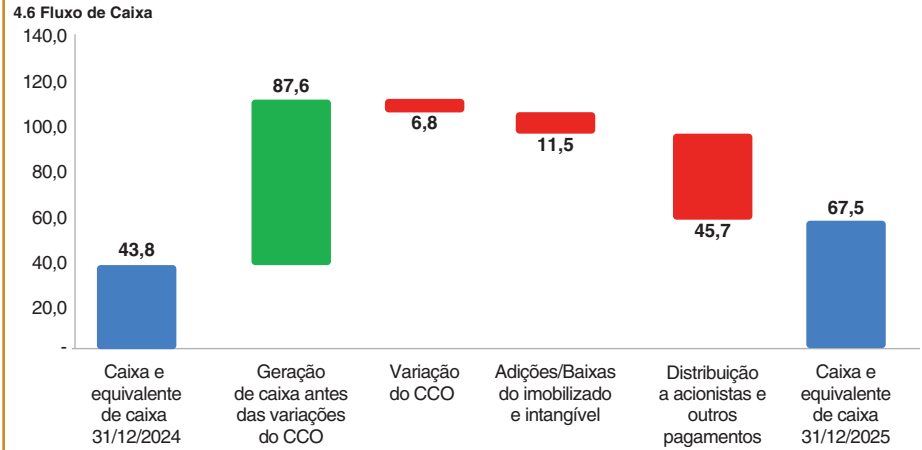
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4º TRIMESTRE DE 2025

Resultado Líquido R\$ Milhões	4T25	4T24	4T25 vs. 4T24	2025	2024	2025 vs. 2024
Lucro Líquido	12,1	9,7	24,7%	68,4	76,4	-10,5%
Margem líquida	15,1%	10,7%	4,4 p.p.	17,9%	17,4%	0,5 p.p.

O lucro avançou 24,7% no 4T25 vs. o 4T24 e recuou 10,5% em 2025 vs. 2024. O aumento no 4T25 está relacionado principalmente a ganhos de redução de IRPJ/CSLL advindos de subvenções para investimentos. A redução anual é explicada pelo menor nível de atividade operacional do exercício, com a receita líquida recuando 12,5%.

Ebitda R\$ Milhões	4T25	4T24	4T25 vs. 4T24	2025	2024	2025 vs. 2024
Lucro Líquido	12,1	9,7	24,7%	68,4	76,4	-10,5%
(+) Depreciações e amortizações	3,2	3,5	-8,6%	13,7	13,4	2,2%
(+/-) Resultado financeiro	(1,9)	(1,8)	5,6%	(5,7)	(4,4)	29,5%
(+/-) IR/CSLL	(0,8)	4,0	-120,0%	5,7	23,1	-75,3%
EBITDA	12,6	15,4	-18,2%	82,1	108,5	-24,3%
Margem EBITDA	15,8%	17,0%	-1,2 p.p.	21,4%	24,8%	-3,4 p.p.

A redução do EBITDA no 4T25 vs. o 4T24 e de 2025 vs. 2024 é explicada pela menor receita líquida em 2025 e por uma menor diluição das despesas fixas. A margem EBITDA, nesse contexto, sofreu redução de 1,2 p.p. no 4T25 vs o 4T24 e de 3,4 p.p. em 2025 vs. 2024.



Em 2025 a Companhia gerou R\$ 80,8 milhões de caixa nas atividades operacionais (após variação do capital circulante operacional), distribuiu R\$ 25,0 milhões em dividendos intercalares e R\$ 19,1 milhões em juros sobre capital próprio (JCP). Além disso, investiu R\$ 11,5 milhões. Após essas movimentações, o caixa foi incrementado em R\$ 23,7 milhões frente ao saldo de dezembro de 2024.

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024						
ATIVO		397.115	379.463	372.970	368.932		397.115	379.463	372.970	368.932	
CIRCULANTE		176.132	164.240	185.822	174.302		38.582	47.732	48.788	61.907	
Caixa e equivalentes de caixa	8	66.562	42.403	67.531	43.844		14.561	13.855	15.414	14.242	
Contas a receber	9	74.585	78.695	75.723	79.981	19	1.048	1.254	1.048	1.254	
Estoque	10	25.093	33.851	28.137	35.819	20	160	87	160	87	
Tributos a recuperar	12	5.625	5.096	5.847	6.265	21	11.783	13.722	12.344	14.333	
Despesas pagas antecipadamente	13	2.042	2.232	2.042	2.234	22	3.085	5.387	10.185	16.770	
Demais contas a receber	14	2.225	1.963	6.542	6.159	23	7.945	13.427	9.637	15.221	
NÃO CIRCULANTE		220.983	215.223	187.148	194.630		52.964	50.429	18.612	25.722	
Contas a receber	9	1.055	1.617	1.055	1.617	19	924	1.979	924	1.979	
Depósitos judiciais	24	1.125	4.261	1.125	4.263	22	226	710	2.439	6.347	
Partes relacionadas	11	69.986	60.560	—	—	16	22.098	20.803	—	—	
Tributos a recuperar	12	9.576	13.813	9.576	13.813	24	12.509	13.168	12.509	13.168	
Despesas pagas antecipadamente	13	54	18	54	18	11	17.199	13.555	—	—	
Demais contas a receber	14	211	211	51.630	50.984	23	8	214	2.740	4.228	
Investimentos em controladas	16	94.188	88.167	—	—	25	305.569	281.302	305.570	281.303	
Propriedades para investimento	15	—	—	71.178	69.165		249.798	205.118	249.798	205.118	
Outros investimentos		389	2.381	389	2.381		228	321	228	321	
Imobilizado	17	42.823	42.512	47.108	46.020		16.430	13.010	16.430	13.010	
Direito de uso	17,1	17	24	3.327	4.537		20.738	44.680	20.738	44.680	
Intangível	18	1.559	1.659	1.706	1.832		19.642	19.642	19.642	19.642	
							(1.267)	(1.469)	(1.267)	(1.469)	
							Participação de acionistas não controladores em controladas	—	—	1	1
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras											

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024
Receita operacional líquida	27	371.734	430.167	383.122	437.894
Custo dos produtos vendidos	31	(195.821)	(221.329)	(195.806)	(221.267)
Lucro bruto		175.913	208.838	187.316	216.627
Despesas com vendas	31	(67.345)	(70.991)	(78.659)	(80.044)
Despesas gerais e administrativas	31	(45.063)	(39.482)	(45.424)	(40.103)
Resultado de equivalência patrimonial	16	4.371	691	—	—
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(965)	(5.571)	5.192	(1.339)
		(109.002)	(115.353)	(118.891)	(121.486)
Lucro operacional		66.911	93.485	68.425	95.141
Despesas financeiras	30	(3.875)	(3.039)	(5.515)	(5.168)
Receitas financeiras	30	10.485	8.687	11.174	9.576
		6.610	5.648	5.659	4.408
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		73.521	99.133	74.084	99.549
Imposto de renda e contribuição social do exercício	32	(5.131)	(22.715)	(5.694)	(23.132)
Lucro líquido antes da participação dos não controladores		68.390	76.418	68.390	76.417
Atribuível aos acionistas não controladores		—	—	—	1
Lucro líquido do exercício		68.390	76.418	68.390	76.418
Lucro básico por ação	ON	1,63458	1,82644	1,63458	1,82644
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE					
		Controladora		Consolidado	
		Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024	Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024
Lucro líquido do exercício		68.390	76.418	68.390	76.418
Outros resultados abrangentes:					
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	205	2.999	205	2.999	
Efeito da aplicação do CPC42/IAS 29	(3)	(2.535)	(3)	(2.535)	
Total de outros resultados abrangentes		202	464	202	464
Total do resultado abrangente do exercício		68.592	76.882	68.592	76.882
Atribuído a sócios da Companhia controladora				68.592	76.881
Atribuído a sócios não controladores				—	1
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

Caixa Líquido R\$ Milhões	31/12/2025	31/12/2024	Variação
(-) Empréstimos e financiamentos	2,1	3,4	-38,2%
Curto prazo	1,2	1,4	-14,3%
Longo prazo	0,9	2,0	-55,0%
(+) Caixa e equivalentes de caixa	67,5	43,8	54,1%
Curto prazo	67,5	43,8	54,1%
Caixa líquido	65,4	40,4	61,9%

O caixa líquido avançou 61,9% em 2025 comparado ao final de 2024. A dívida bruta foi reduzida em 38,2%. A posição de caixa em 2025 é suficiente para liquidar todo o passivo circulante e não circulante da Companhia, reforçando seus sólidos fundamentos financeiros.

Estoques R\$ Milhões	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Estoques	28,1	35,8	-21,5%

A redução de 21,5% nos estoques em 2025 está em linha com a estratégia da Companhia de manter reduzida a necessidade de capital de giro e é coerente com o menor volume de receitas do período. A Companhia é capaz de adequar rapidamente seus níveis de estoques para atender aumentos na demanda.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia adota postura ética, responsável e transparente na condução de seus negócios e busca aperfeiçoar constantemente seus padrões de Governança Corporativa de acordo com as melhores práticas do mercado, tendo como principal objetivo preservar os direitos dos seus acionistas por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de aperfeiçoar e preservar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade, buscando observar e se atentar aos preceitos de ESG.

6. SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao item 9 do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 2022, a Companhia declara que não contratou outros serviços da Macso Legate Auditores Independentes, além daqueles relacionados à auditoria independente durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As informações contábeis da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS- *International Financial Reporting Standards*, e são parte das demonstrações financeiras. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de trabalho por parte dos auditores independentes.

7. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em conformidade às disposições constantes no artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80 de 2022, declaramos que a diretoria revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Cambuci S.A. e com a opinião do relatório dos auditores independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

PATRIMONIAL					
	Nota	Controladora		Consolidado	
	Explicativa	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO		397.115	379.463	372.970	368.932
CIRCULANTE		38.582	47.732	48.788	61.907
Fornecedores		14.561	13.855	15.414	14.242
Empréstimos e financiamentos	19	1.048	1.254	1.048	1.254
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	160	87	160	87
Obrigações sociais e trabalhistas	21	11.783	13.722	12.344	14.333
Obrigações fiscais	22	3.085	5.387	10.185	16.770
Demais contas a pagar	23	7.945	13.427	9.637	15.221
NÃO CIRCULANTE		52.964	50.429	18.612	25.722
Empréstimos e financiamentos	19	924	1.979	924	1.979
Obrigações fiscais	22	226	710	2.439	6.347
Provisão para perdas em controladas	16	22.098	20.803	—	—
Provisão para demandas judiciais	24	12.509	13.168	12.509	13.168
Partes relacionadas	11	17.199	13.555	—	—
Demais contas a pagar	23	8	214	2.740	4.228
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25	305.569	281.302	305.570	281.303
Capital social		249.798	205.118	249.798	205.118
Reserva de capital		228	321	228	321
Reserva legal		16.430	13.010	16.430	13.010
Reserva de incentivos fiscais		20.738	44.680	20.738	44.680
Ajustes de avaliação patrimonial		19.642	19.642	19.642	19.642
Outros resultados abrangentes		(1.267)	(1.469)	(1.267)	(1.469)
Participação de acionistas não controladores em controladas		—	—	1	1
ante das demonstrações financeiras					
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					



★ continuação

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora						
	Reserva de Capital,		Reserva de Lucros		Resultado Abrangente		
	Capital Social Integralizado	Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Lucros Acumulados	Ajuste Avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes
Em 31 de dezembro de 2023	45.937	814	9.189	159.181	—	19.642	(1.933)
Ajuste de conversão moeda estrangeira	—	—	—	—	—	—	2.999
Constituição de reservas	—	—	3.821	44.680	(48.501)	—	—
Outorga de opções de ações	—	650	—	—	—	—	—
Aumento de capital	159.181	—	—	(159.181)	—	—	—
Ações em tesouraria - transferidas	—	(1.202)	—	—	—	—	—
Ações em tesouraria adquiridas	—	59	—	—	—	—	—
Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	—	—	—	—	—	—	(2.535)
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	(9.065)	—	—
Dividendos intermediários	—	—	—	—	(18.852)	—	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	76.418	—	—
Em 31 de dezembro de 2024	205.118	321	13.010	44.680	—	19.642	(1.469)
Ajuste de conversão moeda estrangeira	—	—	—	—	—	—	205
Constituição de reservas	—	—	3.420	20.738	(24.158)	—	—
Outorga de opções de ações	—	(93)	—	—	—	—	—
Aumento de capital	44.680	—	—	(44.680)	—	—	—
Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	—	—	—	—	—	—	(3)
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	(19.128)	—	—
Dividendos intermediários	—	—	—	—	(25.104)	—	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	68.390	—	—
Em 31 de dezembro de 2025	249.798	228	16.430	20.738	—	19.642	(1.267)

	Consolidado						
	Reserva de Capital,		Reserva de Lucros		Resultado Abrangente		
	Capital Social Integralizado	Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Lucros Acumulados	Ajuste Avaliação Patrimonial	Participação dos Acionistas da Companhia
Em 31 de dezembro de 2023	45.937	814	9.189	159.181	—	19.642	(1.933)
Ajuste de conversão moeda estrangeira	—	—	—	—	—	—	2.999
Outorga de opções de ações	—	650	—	—	—	—	—
Aumento de capital	159.181	—	—	(159.181)	—	—	—
Ações em tesouraria adquiridas	—	(1.202)	—	—	—	—	(1.202)
Ações em tesouraria - transferidas	—	59	—	—	—	—	59
Constituição de reservas	—	—	3.821	44.680	(48.501)	—	—
Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	—	—	—	—	—	(2.535)	(2.535)
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	(9.065)	—	(9.065)
Dividendos intermediários	—	—	—	—	(18.852)	—	(18.852)
Participação de acionistas não controladores	—	—	—	—	—	—	(1)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	76.418	—	76.418
Em 31 de dezembro de 2024	205.118	321	13.010	44.680	—	19.642	(1.469)
Ajuste de conversão moeda estrangeira	—	—	—	—	—	—	205
Outorga de opções de ações	—	(93)	—	—	—	—	(93)
Aumento de capital	44.680	—	—	(44.680)	—	—	—
Constituição de reservas	—	—	3.420	20.738	(24.158)	—	—
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	(19.128)	—	(19.128)
Dividendos intermediários	—	—	—	—	(25.104)	—	(25.104)
Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	—	—	—	—	—	(3)	(3)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	68.390	—	68.390
Em 31 de dezembro de 2025	249.798	228	16.430	20.738	—	19.642	(1.267)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas					Distribuição do valor adicionado				
Vendas de mercadorias e produtos (líquido de devoluções)	428.502	497.755	443.857	507.111	Pessoal				
Outras receitas	5.516	5.204	12.248	10.364	Remuneração direta	60.331	69.745	63.225	72.184
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (constituição)	762	1.135	825	3.137	Benefícios	14.447	16.208	14.919	16.684
	434.780	504.094	456.930	520.612	F.G.T.S.	6.104	6.259	6.339	6.429
						80.882	92.212	84.483	95.297
Insumos adquiridos de terceiros					Impostos, taxas e contribuições				
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	(116.723)	(133.036)	(116.707)	(132.974)	Federais	54.102	77.883	58.457	81.871
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(98.217)	(97.515)	(104.509)	(104.749)	Estaduais	15.347	21.309	16.384	20.316
	(214.940)	(230.551)	(221.216)	(237.723)		69.449	99.192	74.841	102.187
Valor adicionado bruto	219.840	273.543	235.714	282.889	Remuneração de capitais de terceiros				
Depreciação e amortização	(12.100)	(12.060)	(13.659)	(13.396)	Despesas financeiras (inclui variação cambial)	3.875	3.039	5.515	5.168
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	207.740	261.483	222.055	269.493		3.875	3.039	5.515	5.168
Valor adicionado recebido em transferência					Remuneração de capitais próprios				
Resultado da equivalência patrimonial	4.371	691	—	—	Juros sobre o capital próprio	19.128	9.065	19.128	9.065
Receitas financeiras	10.485	8.687	11.174	9.576	Dividendos	25.104	18.852	25.104	18.852
	14.856	9.378	11.174	9.576	Lucros retidos do exercício	24.158	48.501	24.158	48.501
Valor adicionado líquido a distribuir	222.596	270.861	233.229	279.069	Participação dos não controladores nos lucros retidos	—	—	—	(1)
					Total	68.390	76.418	68.390	76.417
					Valor adicionado total distribuído	222.596	270.861	233.229	279.069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. **Contexto Operacional:** A Cambuci S.A. ("Cambuci" ou "Companhia") é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo - SP, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) com o código de negociação "CAMB3". A Companhia tem como objetivo social a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, tais como fios, tecidos, armários, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie, assim como a prestação de serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros, consultoria e assessoria administrativa, além da participação em outras Companhias como sócia ou acionista. A Companhia possui plantas industriais nas cidades de Itabuna e Itajuípe, ambas no Estado da Bahia, e em Bayeux, no Estado da Paraíba.

2. **Relação de Entidades Controladas e Consolidadas:** A Companhia não adquiriu empresas ou negócios no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As informações consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantêm controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, conforme nota explicativa 5.

3. **Declaração da Administração e Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** 3.1 **Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), em vigor em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07 (R1), que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis. Não há, em 31 de dezembro de 2025, ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de março de 2026. 3.2 **Moeda funcional e apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras das controladas. As demonstrações financeiras de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica). Os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada sobre os investimentos em controladas no exterior, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada no processo de consolidação das informações contábeis da Companhia (*Cumulative Translation Adjustment* - "CTA"), são reconhecidos na rubrica de outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. 3.3 **Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado incluem, portanto, estimativas referentes principalmente a provisão para impostos diferidos (Nota 12.1), seleção da vida útil do ativo imobilizado (Nota 17.a), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 24), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares (Nota 26). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas. 3.4 **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustado, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

4. **Novas Leis, Normas, Alterações e Interpretações de Normas:** As leis, normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas:

- Não esperam ter impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam: • IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações; • Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros; • Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais; • Melhorias anuais às normas contábeis IFRS - volume 11. • Esperam ter impactos significativos na aplicação da nova norma/lei: • IFRS 18/ CPC 51 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras. A norma substituirá o IAS 1 (CPC 26 (R1) - Apresentação de demonstrações financeiras) e propõe, entre outros, novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado do exercício, como novos totais e subtotais e a classificação das receitas e despesas distribuídas entre as categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas; além da divulgação em notas explicativas das medidas de desempenho definidas pela Administração; • Revisão de pronunciamentos técnicos nº 28/2025 - Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51. • Lei Complementar nº 214/2025: publicada em 16 de janeiro de 2025, regulamenta a Reforma Tributária sobre o Consumo, com período de transição entre 2026 e 2033, instituindo: • Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS e o ISS; • Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), que unificará o PIS e COFINS. Em 2026 se iniciará a cobrança da CBS (alíquota inicial de 0,9%) e IBS (alíquota inicial de 0,1%). A CBS poderá ser compensada com o PIS/

COFINS devidos pelos contribuintes, portanto, inicialmente, para 2026, não haverá impactos nas demonstrações financeiras. Já a cobrança do ICMS e do ISS começará a ser reduzida em 10% ao ano até sua extinção em 2033. • Lei nº 15.270/2025: introduz, entre outros, a partir do ano-calendário de 2026, a obrigatoriedade de retenção do imposto de renda na fonte sobre lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas, que será aplicada quando o valor pago a uma mesma pessoa física residente no Brasil ultrapassar R\$50 em um único mês, com alíquota de 10%, considerada antecipação do IRPF do beneficiário. A Companhia e suas subsidiárias estão atuando na identificação dos impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas. Não existem outras Leis, normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia e suas controladas.

5. **Demonstrações Financeiras Consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

		Participação no capital total - %	
Sede (País)		31/12/2025	31/12/2024
Controladas Diretas			
Cambuci Importadora Ltda.	(i) Brasil	99,99	99,99
Impar Paraguay S/A	(ii) Paraguai	96,70	96,70
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(i) Brasil	99,96	99,96
Cambuci Trust S/A	(i) Brasil	100,00	100,00
Latinline Trade S/A	(v) Uruguai	100,00	100,00
Penalty Argentina S/A	(iii) Argentina	95,00	95,00
Penalty Chile S/A	(iv) Chile	100,00	100,00

(i) Cambuci Importadora Ltda., ("Cambuci Importadora") sediada no Espírito Santo para importações de produtos para industrialização. Está ativa, mas sem operação. A Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda. ("Impar Sports"), sediada na cidade de São Roque/SP, tem como finalidade a comercialização de artigos esportivos, de vestuário e complementos. A Cambuci Trust S/A ("Cambuci Trust"), sediada na cidade de São Roque/SP, tem como finalidade a compra, venda ou locação de imóveis próprios, bem como participação societária em outras empresas. (ii) Impar Paraguay, sediada na Cidade de Hernandarias no Paraguai, cuja moeda funcional é o Guarani, tem como objeto a produção, comercialização, importação e exportação de produtos esportivos e está sem operação. (iii) Penalty Argentina S/A ("Penalty Argentina"), sediada na Cidade de Buenos Aires na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino, tem como objeto a comercialização, importação e exportação de artigos esportivos e está sem operação. (iv) Penalty Chile S/A ("Penalty Chile"), sediada na Cidade de Santiago no Chile, cuja moeda funcional é o Peso Chileno, tem como objeto a comercialização e importação de artigos esportivos e está sem operação. (v) Latinline Trade S/A ("Latinline"), é uma sociedade constituída na República Oriental do Uruguai, cuja moeda funcional é o dólar, tem como objeto o desenvolvimento de atividades comerciais de vendas ao mercado asiático, através da cobrança de royalties. Os exercícios contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora. As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações do período encerrado em 31 de dezembro de 2025. O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3)/IFRS 10 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações: a) As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas; b) Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas; c) Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e d) As parcelas do resultado do período e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas.

6. **Resumo das Principais Políticas Contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a) **Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão a favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. a.1) **Receita de venda de mercadorias:** A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida. a.2) **Receita financeira:** As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras. b) **Transações denominadas em moeda estrangeira:** As controladas no exterior são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes acumulados de conversão, no patrimônio líquido da controladora. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. c) **Instrumentos financeiros: c.1) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor



CAMBUCI SA
80 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.

55
ANOS

PENALTY
55 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

justo e classificados numa das três categorias:

- Instrumentos financeiros ao custo amortizado;
- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes;
- e • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber, créditos com partes relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outras contas a receber, no ativo circulante e não circulante. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Mensuração subsequente: Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Na norma contábil, a menos que um ativo financeiro tenha sido designado no momento inicial ao valor justo por meio do resultado (com o propósito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração contábil), os instrumentos de dívida devem ser classificados subsequentemente como mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com base nos seguintes itens:

- No modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros;
- Nas características de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros (também denominado teste de “SPPJ” - Somente pagamento de principal e juros).

c.2) Passivos financeiros: Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

c.3) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e tem-se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c.4) Impairment de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de *impairment*. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

d) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua totalidade, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao custo amortizado” (Nota 26).

e) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Informações referentes à abertura das contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 9.

f) Estoques: Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas levando em consideração o histórico de revendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

g) Investimentos: Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável. A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente a participação societária sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), percentual este que corresponde à sua obrigação perante o patrimônio negativo da Controlada. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica “Provisão para perda em controladas”, tendo como contrapartida a conta de “resultado de equivalência patrimonial”.

h) Propriedade para investimento: A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

i) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 17 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

j) Intangível: São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo

método linear às taxas mencionadas na Nota 18.

k) Redução ao valor recuperável - Impairment:

(I) Ativos financeiros não-derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do deverdo;
- reestruturação de um valor devido à Companhia não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros.

(II) Ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros. Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas “UGC’s” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única “UGC” para realizar esse teste. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, quando aplicável, a Companhia efetuou as provisões para redução ao valor recuperável de seus ativos.

I) Outros ativos e passivos: Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m) Tributação: m.1) Imposto de renda e contribuição social: Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

n) Ajustes a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

o) Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

p) Empréstimos e financiamentos: Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

q) Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25/IAS 37 da seguinte forma:

- (i) ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.
- (ii) passivos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 24.
- (iii) depósitos judiciais - são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

r) Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

s) Remuneração baseada em ações: O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Companhia é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descri-

tos na nota explicativa nº 34. O valor justo das opções de compra determinados na data da outorga de cada plano é registrado pelo método linear como despesa no resultado durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas. Na data de encerramento de cada exercício, a Administração revisa as estimativas de expectativas de ações a serem exercidas.

t) Arrendamentos: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito e uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração, dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e, também, estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os passivos de arrendamento da Companhia estão apresentados na rubrica de “Demais contas a pagar” (nota 23).

u) Economia hiperinflacionária: De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do exercício. Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina aplicando as regras da CPC 42/IAS 29.

7. Política de Gestão de Risco: A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

a) Risco de mercado: A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remonte para cada tipo de risco de mercado a que a Companhia está exposta, conforme apresentado na Nota 26.3. As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos. Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

b) Exposição a riscos cambiais: A política de gestão de risco de câmbio da Cambuci se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração.

c) Exposição a riscos de taxas de juros: A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo (“TJLP”) e da variação do certificado de depósito interbancário (“CDI diário”).

d) Exposição a riscos de crédito: As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido. Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constituiu perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização.

e) Riscos de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo Departamento de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Circulante e Não Circulante				
Fornecedores	15.414	–		– 15.414
Empréstimos e financiamentos	1.048	282	642	1.972
	16.462	282	642	17.386

DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	CONTADOR
Alexandre Schuler - Diretor Presidente Roberto Estefano - Diretor de Relações com o Mercado Emerson Tsuneji Shiromaru - Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia	Roberto Estefano Eduardo Estefano Filho Manuel Roberto Bravo Caldeira	Antonio Carlos Bonini Santos Pinto Mário Alberto de Lima Reis Coutinho Roberto Massayuki Hara	Paulo Cesar Picolli CRC 1SP 165645/O-6
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			

Em conformidade com o parágrafo 1º, inciso VI, do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 16 de março de 2022, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Alexandre Schuler Diretor Presidente	São Roque, 12 de março de 2026 Roberto Estefano Diretor de Relações com o Mercado	Emerson Tsuneji Shiromaru Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia
--	--	---

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES		
Em conformidade com o parágrafo 1º, inciso V, do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 16 de março de 2022, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes sobre a revisão das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.		
Alexandre Schuler Diretor Presidente	São Roque, 12 de março de 2026 Roberto Estefano Diretor de Relações com o Mercado	Emerson Tsuneji Shiromaru Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia
PARECER DO CONSELHO FISCAL		

O Conselho Fiscal da Cambuci S/A, em cumprimento às disposições legais e às disposições estatutárias da empresa, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Foram discutidas com a Diretoria e com os Auditores Independentes as políticas e estimativas contábeis que requerem julgamentos, a avaliação dos controles internos como parte do sistema de controles da empresa e o controle de riscos no processo decisório. Foram ainda acompanhados os processos de confecção do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas pelas Notas Explicativas. Com base neste trabalho e nos acompanhamentos e exames efetuados ao longo do exercício, considerando ainda, o Relatório contendo a Opinião dos Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido em 12 de março de 2026, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto	São Roque, 12 de março de 2026 Mário Alberto de Lima Reis Coutinho	Roberto Massayuki Hara
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS		

Aos acionistas, conselheiros e administradores da

CAMBUCI S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cambuci S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cambuci S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para Opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas

profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Reconhecimento das receitas de vendas de mercadorias (notas 6a e 27) Porque é um PPA
As receitas da Companhia e suas controladas são provenientes, principalmente, da venda de produtos esportivos em geral, com operações em múltiplos canais de venda, que incluem, lojas próprias, representações comerciais e plataforma e-commerce, que representa um grande volume de transações, as quais dependem do adequado funcionamento de sistemas de informação e de controles para a identificação, mensuração e registro das receitas, bem como o monitoramento da Administração da Companhia para identificar as vendas faturadas, despachadas e o status das entregas nas diversas regiões do país. O grande volume de transações, as características inerentes ao processo de reconhecimento das vendas, incluindo a dependência de sistemas de informação, exigem atenção especial ao processo de reconhecimento de receita da Companhia. Por essa razão, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

Como conduzimos esse assunto
Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles chaves implementados pela Companhia sobre a determinação do momento de reconhecimento da receita; (ii) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecida pela Companhia de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base no conhecimento do setor e da Companhia; (iii) para uma amostra de vendas registradas durante o exercício, a obtenção das respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no período contábil adequado e; (iv) envio de cartas de confirmação externa para uma amostra de clientes e testes documentais de realização para as respostas não recebidas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações relacionadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas de vendas, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são apropriadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

b) Incentivos Fiscais - Subvenção para investimentos (nota 28) Porque é um PPA
A Companhia usufrui de benefícios fiscais relacionados ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre suas operações nos estados da Paraíba e da Bahia. Tais benefícios decorrem da metodologia de apuração de créditos presumidos de ICMS aplicada às unidades fabris localizadas nos municípios de Bayeux/PB, Itajipe e Itabuna/BA, cujo efeito resulta na redução do ICMS devido e, consequentemente, em incentivo fiscal que representa parcela significativa da receita líquida da Companhia.



CAMBUGI SA
80 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
55 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O reconhecimento desses benefícios está condicionado ao atendimento das condições e contrapartidas previstas nos respectivos convênios, incluindo, entre outras, a ampliação das unidades fabris, a manutenção/expansão da produção e a geração de empregos. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria em razão da materialidade dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado, no montante de R\$ 35.352 mil, quando comparado ao resultado das operações da Companhia, demandando avaliação da adequação da apuração dos valores e verificação do cumprimento das condições estabelecidas nos convênios aplicáveis.

Como conduzimos esse assunto

Com o apoio de especialistas da área tributária, conduzimos nossos procedimentos de auditoria destinados a avaliar o reconhecimento, a mensuração e a apresentação dos benefícios fiscais de ICMS, obtidos por meio de créditos presumidos, (i) com o entendimento e funcionamento dos incentivos, por meio de leitura e análise dos convênios, atos concessórios e demais bases normativas aplicáveis; (ii) a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Administração para o registro desses benefícios no resultado do exercício; (iii) verificação de documentação suporte, o cumprimento das condições e contrapartidas previstas nos instrumentos de concessão; testes de recálculo da apuração dos créditos presumidos e dos respectivos valores reconhecidos, incluindo a verificação das premissas e bases de cálculo; (v) a conciliação com os controles internos, memórias de cálculo e relatórios auxiliares preparados pela Companhia; (vi) confrontamos os montantes registrados relacionadas aos incentivos com os relatórios de suporte e consistência dos registros com a documentação subjacente. Avaliamos a adequação da apresentação e divulgações, considerando a relevância e a transparência quanto à natureza e aos efeitos dos benefícios fiscais reconhecidos.

Com base nos procedimentos executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos adequadas as políticas e práticas adotadas pela Companhia para o reconhecimento e a mensuração dos benefícios fiscais de ICMS nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos (notas 6.m e 12)

A Companhia (controladora) reconheceu ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$ 14.334 mil. O reconhecimento desses ativos fiscais diferidos é efetuado na medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro suficiente para sua realização, conforme avaliação da Administração.

Esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em razão do elevado grau de julgamento envolvido na estimativa de lucro tributável futuro, a qual se baseia em projeções de desempenho e planos de negócios preparados pela Administração, suportados por premissas internas e por cenários macroeconômicos prospectivos, cuja concretização pode impactar a capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos registrados.

Como conduzimos esse assunto

Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das projeções de resultados futuros e das análises econômico-financeiras que suportam as premissas de crescimento e rentabilidade da Companhia. Nesse contexto, avaliamos se o estudo foi elaborado de forma metodologicamente consistente com práticas de avaliação normalmente utilizadas e se as premissas adotadas são razoáveis, coerentes com o histórico de desempenho, com o orçamento/plano de negócios e com as condições operacionais da Companhia. Adicionalmente, avaliamos a natureza das diferenças temporárias e a base dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social utilizados na constituição dos ativos fiscais diferidos, bem como a consistência de sua mensuração. Também comparamos o lucro tributável projetado com o montante de ativos fiscais diferidos registrado, de modo a verificar se o reconhecimento não excede a capacidade estimada de realização, além de revisar a adequação das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os ativos fiscais diferidos reconhecidos e divulgados são apropriados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

d) Demandas trabalhistas, cíveis e fiscais (notas 6q e 24)

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. As estimativas de perda são revisadas periodicamente pela Administração, considerando, entre outros aspectos, as opiniões e avaliações dos assessores jurídicos internos e externos responsáveis pelo patrocínio das demandas.

A definição do montante das provisões e das divulgações aplicáveis, bem como a avaliação quanto à existência de obrigação presente e à probabilidade de saída de recursos, envolve julgamento significativo por parte da Companhia. Dada a natureza subjetiva inerente à constituição de provisões para demandas judiciais ou administrativas, ainda que suportada por assessoria jurídica, consideramos esse tema como um dos principais assuntos de auditoria, também em função do volume de processos e da relevância dos valores envolvidos.

Eventuais alterações nas estimativas, nos prognósticos e/ou nos julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como conduzimos esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria abrangeram, entre outros: (i) a análise crítica das políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas para avaliação e classificação das contingências, incluindo a apreciação do grau de julgamento aplicado na mensuração dos valores registrados como provisões para demandas judiciais; (ii) a obtenção de respostas de circularização junto aos assessores jurídicos externos, contemplando os prognósticos de perda para a integralidade dos processos em curso, e o respectivo cruzamento dessas informações com os controles, estimativas e classificações preparados pela Administração; (iii) para processos selecionados, a avaliação da consistência e razoabilidade das estimativas elaboradas pela Administração e por seus assessores jurídicos, considerando o histórico e a evolução processual, as evidências disponíveis e, quando aplicável, o entendimento jurisprudencial pertinente; e (iv) a revisão das notas explicativas, com foco na adequação e clareza das divulgações. Com base nas evidências obtidas, entendemos que os critérios, premissas e julgamentos utilizados pela Administração para determinar a probabilidade de perda das demandas, bem como a mensuração das provisões registradas e as divulgações apresentadas nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas comparativamente, incluindo as demonstrações do valor adicionado, foram objeto de auditoria conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 10 de março de 2025, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2026

Macso Legate Auditores Independentes
CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves de Lira
CRC CT Nº 1SP 222941/O-8

PODCAST

Estadão Analisa

com Carlos Andreazza

Uma das principais vozes da análise política brasileira está no podcast 'Estadão Analisa'.

Com um texto irreverente e críticas contundentes, Andreazza tem um encontro marcado com você nas manhãs para um papo intimista, em que analisa temas do momento a partir do discurso de figuras centrais da política e da economia.





Assista **AO VIVO** pelo canal do Estadão no Youtube.



Ou ouça depois nas principais plataformas de áudio e vídeo do Estadão.

DE SEGUNDA A SEXTA

7h DA MANHÃ

ESTADÃO 